



ARTIGOS / ARTICLES

A POLÍTICA EM SANTO AGOSTINHO E AS NOVAS REALIDADES SOCIAIS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Adriano José Gomes Pereira¹

Alessandro Cavassin Alves²

RESUMO: O presente texto apresenta Santo Agostinho, pensador cristão, em suas reflexões sobre o tema política, num contexto social e histórico do final do chamado Império Romano do Ocidente, e tendo como referências pensadores gregos e romanos, em especial, Platão e Cícero, além das Sagradas Escrituras. A obra agostiniana em destaque é *A Cidade de Deus*, escrita entre os anos 413 a 426. Procura-se também ressaltar, numa perspectiva comparativa, as ideias sociais contidas na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do Papa Francisco, do ano de 2013, que faz uma reflexão dos desafios da Evangelização no mundo atual. O objetivo é entender o sentido da política sob o ponto de vista cristão presentes nestes dois momentos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Santo Agostinho; Política; Cidade terrestre; Cidade Celeste; República.

Este artigo busca explorar questões relativas à política na obra *A Cidade de Deus*, escrita por Santo Agostinho. A perspectiva de análise agostiniana e do conhecimento filosófico e religioso que possui, leva a uma nova forma de ver o sentido da mesma. E, ao longo de dois milênios, a Igreja continuou refletindo sobre essa questão.

Na Filosofia, a definição de política encontrada no dicionário de Nicola Abbagnano possui quatro referências: “1ª a doutrina do direito e da moral; 2ª a teoria do Estado; 3ª a arte ou a ciência do governo; 4ª os comportamentos intersubjetivos”³.

Na 1ª abordagem que faz referência “a doutrina do direito e da moral”, iniciou com a filosofia aristotélica, no livro *Ética a Nicômaco*, sobre a investigação em torno do que

¹ Bacharel em Filosofia pela Faculdade São Basílio Magno (FASBAM). Este artigo foi elaborado a partir da monografia (TCC) orientada pelo Prof. Dr. Alessandro Cavassin Alves. E-mail: caradebolacha2@yahoo.com.br

² Doutor em sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), professor na Faculdade São Basílio Magno (FASBAM), no Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE) e na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED PR). E-mail: alessandrocavassin@gmail.com

³ POLITICA, in: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Art.: Política, p. 77.

“deve ser o bem e o bem supremo”, apresentando como uma ciência do justo em contraposição ao injusto. A política estaria associada ao viver corretamente, à busca da felicidade de forma virtuosa. Seria a junção de cidadão (membro de uma cidade) e virtude (ação moral), ou seja, a necessidade de cidadãos virtuosos. Ética e política seriam inseparáveis. Platão, também, buscou encontrar e descrever o verdadeiro bem.

Na 2ª abordagem, política como “a teoria do Estado”, a obra de referência, novamente, é de Aristóteles, *A Política*, na qual o filósofo reflete sobre as constituições, ou seja, a melhor forma de governo, tanto como Estado ideal, ou como em relação a determinadas circunstâncias. Platão, igualmente, em *A República*, não deixou de sugerir um Estado ideal governado por filósofos.

Na 3ª abordagem, “a arte ou a ciência do governo”, também estão presentes em Platão e Aristóteles, que é a maneira como deve ser regido um governo. Mas, o grande teórico foi Maquiavel, no século XVI, (mil anos após Santo Agostinho) em seu realismo político, em que a separação entre moral e política é formulada, rompendo com a tradição do pensamento clássico. As razões de Estado seriam diferentes das razões particulares, assim, ao governante justificam-se atitudes a princípio moralmente questionáveis. O conflito entre moral e política, portanto, que sempre foi um tema delicado, agora passa a ser analisado de forma separada.

Na 4ª abordagem, dos “comportamentos intersubjetivos”, iniciou sua reflexão no século XIX, com o filósofo e sociólogo Auguste Comte, no livro *Sistema de Política Positiva*, que julgou que os fenômenos políticos estão sujeitos a leis invariáveis ao longo do tempo, isto é, a política como organização específica em cada etapa do desenvolvimento da humanidade. No atual momento histórico, a ciência demonstraria a melhor forma de organizar-se politicamente e de se comportar. A psicologia humana muda de acordo com as etapas da evolução social⁴.

Em outro dicionário, organizado por Norberto Bobbio, a política é destacada como uma das partes integrantes da sociedade e que se refere à *pólis*, ao urbano, civil, público e até mesmo social e sociável⁵. E a política pode ser estudada de forma descritiva, isto é, a política como ela é (já presente nas descrições de Aristóteles em *A Política*, até o realismo de Maquiavel em *O Príncipe*) ou normativa, a política como deveria ser (como exemplo, *A República* de Platão). Dos diversos temas que envolvem o conceito, o ser

⁴ *Idem*.

⁵ POLÍTICA, in: BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. 5. ed. São Paulo: UNB, 2000. Art.: Política, p. 954.

humano não escapa a essa questão, mesmo nas diversas realidades aos quais está inserido e até mesmo na vida religiosa.

Tendo como referência as definições de política, de uma forma geral, o pensador cristão do século V, Santo Agostinho, não é considerado um filósofo político, mas sua situação como líder religioso de seu tempo e de sua comunidade, frente a decadência do forte Império Romano do Ocidente e da ascensão do cristianismo, o levou a refletir sobre o tema, tendo como base o pensamento filosófico grego e romano, em especial Platão e Cícero, e as Sagradas Escrituras.

1. Pensamento político de Platão

A filosofia de Platão perpassa a reflexão sobre a política, sendo que Santo Agostinho bebeu dessa fonte.

Platão viveu no período áureo da Grécia, com a organização das diversas *pólis* gregas, da democracia ateniense, do enfrentamento aos inimigos externos e da possibilidade de se construir um novo pensamento, a Filosofia. Entretanto, após a morte injusta de seu mestre Sócrates, ele busca pensar uma sociedade ideal (daí seu livro *A República*), onde o modelo de cidade possa escapar da desordem e, principalmente, da injustiça. E, assim como todo jovem aristocrata grego, o interesse de participar das atividades políticas de sua *pólis* era natural. Entretanto, através da influência de seu mestre, ele reconhece que o importante não era apenas fazer ou participar da política, ou melhor, de qualquer política, mas da política. Por isso que Platão na sua juventude se recusa a participar destas atividades, pois para ele era necessário encontrar os fundamentos teóricos da ação política e de toda ação⁶.

O despertar político de Platão se deu desde cedo, acompanhando as discussões públicas de sua cidade; inclusive, ele tinha parentes próximos que faziam parte do governo de Atenas, mas que, por ironia, levaram à execução Sócrates. Platão, portanto, partilha dessa paixão⁷, mas a Filosofia o leva a refletir sobre a mesma. Nesse contexto, ele vê uma realidade política que não é aquilo que deveria ser, com valores aos quais os homens atribuem o que é justo ou deixa de ser; eis sua crítica à democracia, com suas leis para a maioria em detrimento de minorias. Sendo assim, como fazer reformas neste

⁶ PLATÃO. *Platão. Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 10-11.

⁷ VEGETTI, Mário; PINA, Maria. *Um paradigma do céu de Platão Político*. Coimbra: Annablume, 2012, p. 28.

ambiente?⁸.

Platão funda, então, a Academia, em Atenas, por volta do ano 387 a.C., para homens que buscam a investigação científica e filosófica. Quanto à política, esta não deveria se limitar à prática, insegura e circunstancial, mas pressupor uma investigação sistemática dos fundamentos da conduta humana⁹, com valores políticos para conviverem e atuarem no Estado, em especial, o ideal da justiça.

Lembrando que Platão classifica as pessoas em sociedade em três classes: os artesãos, que são responsáveis pela economia e dos problemas que relaciona ao economato; os guerreiros que são responsáveis pela defesa da cidade; e por fim, os filósofos que são dotados de sabedoria que os habilita para o exercício ao governo, enquanto membros da classe superior, como os dirigentes e magistrados, onde possam viver sem trabalhar e em comunhão de bens, como uma família, e garantir o governo sobre as cidades e sob as leis¹⁰. E, assim, chega-se a esta importante afirmação política: “os filósofos se não forem reis das cidades os males não cessarão”¹¹.

Enfim, o ideal para a *pólis* seria a existência de um rei filósofo que pudesse governar porque ele saberia o que é a verdade e saberia governar com justiça¹². Interessante é de que essa questão vai ter um contra ponto real, fora de Atenas, quando o amigo Dion chama Platão para ir à cidade de Siracusa, governada pelo jovem tirano Dionísio II, devendo ajudar a reformar a vida política daquela *pólis*. Mas, os ideais políticos configurados no livro *A República* tiveram de esperar, pois Platão pretendia que Siracusa expulsasse os cartagineses da Sicília e transforma-se a cidade numa monarquia que abarcaria o conjunto das comunidades gregas do oeste da Sicília (enfim, utilizar da força política para a guerra e a manutenção da hegemonia grega). Mas, Dionísio II não muda suas atitudes. Platão volta mais uma vez a Siracusa, agora a convite do próprio Dionísio II que se dizia disposto a seguir sua orientação filosófica e política, mas nada disso aconteceu. E o tirano, inclusive, foi deposto do poder por Dion, que também foi assassinado, a mando de Calipos, um ateniense ligado à Academia de Platão. Tudo isso decepcionou ainda mais Platão em relação à política¹³. Como visto, o Estado ideal (tanto em Atenas, como em

⁸ VEGETTI, Mário; PINA, Maria. *Um paradigma do céu de Platão Político*. Coimbra: Annablume, 2012, p. 29.

⁹ PLATÃO. *Platão*. Vida e Obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 13.

¹⁰ LALLEMENT, Michel. *História das Ideias Sociológicas. Das origens a Max Weber*. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 20.

¹¹ PLATÃO. *Platão*. Vida e Obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999, 473b.

¹² PLATÃO. *Mestres Pensadores Platão*. São Paulo: Nova Cultural, 1997, p. 15.

¹³ PLATÃO. *Platão*. Vida e Obra. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 14-16.

Siracusa) entra em conflito com o que o Estado deste mundo tem a oferecer. As obras de Platão sobre o tema são: *O Político, A República, Crítias e Leis*.

Voltando a Santo Agostinho, conhecedor dessa filosofia, a *eudaimonia* (felicidade), a justiça, a ordem, o bem comum, não são frutos apenas da cidade terrestre e de seus amores, mas é completa na cidade celeste, numa felicidade em Deus, onde se encontra, igualmente, a verdadeira justiça e razão¹⁴, aproximando-se, assim, da ideia platônica da existência do mundo ideal frente as fragilidades do mundo real. O cristão deve viver seguindo os princípios éticos do Evangelho, independente do lugar em que viva. Neste sentido, a política, como prática humana, tem seus limites e seus erros, e independente de sua constituição, estaria dentro da história da salvação ou da economia da salvação e o cristão seria principalmente um cidadão do céu.

Portanto, Platão foi importante ao pensar este ideal político de justiça e que deve organizar a sociedade, mas que por sua vez, se encontra para além da própria realidade material. E Santo Agostinho interpretará esse pensamento à luz da filosofia cristã.

O próximo filósofo, o romano Cícero, também influenciou Agostinho.

1.2. Pensamento político em Cícero

Santo Agostinho discute no seu livro *A Cidade de Deus* as ideias sobre política desenvolvidas pelo filósofo romano Marco Túlio Cícero, da qual era leitor, como da obra *Da República*¹⁵, entre outras.

Marco Túlio Cícero nasceu em Arpino, no ano 106 a.C. e viveu até o ano de 42 a.C., e no seu processo de formação humana e intelectual contou com o apoio de Filão, trabalhou na carreira administrativa onde recebeu muitas gratificações pelo seu desempenho, chegando a ser eleito cônsul em 63 a.C.; foi um dos maiores oradores, político e escritor romano.

Para Cícero, a arte de governar pode ser considerada uma ciência, mas é na virtude e no dever (tendo como referência o estoicismo) que se vem a confirmar a eloquência de obras que consiste num bom governo, é na virtude e dever, tanto do governante, como do cidadão, que está o sucesso do enfrentamento das lutas políticas e de suas atividades¹⁶.

¹⁴ COSTA, Marcos Roberto Nunes. *10 Lições sobre Agostinho*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 22.

¹⁵ MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 188.

¹⁶ CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005, p. 18.

Em Cícero, também, a pátria deve ser um grande amor, onde os valores dos bons e maus têm que ser trabalhados em prol da justiça, posta no direito. Torna-se necessário levar a alegria pelos votos dos bons do que a dor dos maus, para a conservação dos cidadãos. A política tem o valor para com o povo que dela goza, e aos que tentam usufruir para um bem próprio, estes estão enganados. Pois, a República conserva a esperança e a própria tranquilidade ao gozo das mais numerosas almas que dela esperam e deixando de lado o uso privado para com a pátria¹⁷, como se vê a seguir:

Na verdade, não devemos ouvir os subterfúgios que empregam os que pretendem gozar facilmente de uma vida ociosa, embora digam que acarreta miséria, e perigo auxiliar a República, rodeada de pessoas incapazes de realizar o bem, com as quais a comparação é humilhante, e em cujo combate há risco, principalmente diante da multidão revoltada, pelo que não é prudente tomar as rédeas quando não se podem conter os ímpetus desordenados do populacho, nem é generoso expor-se, na luta com adversários impuros, a injúrias ou ultrajes que a sensatez não tolera; como se, os homens de grande virtude, animosos e, dotados de espírito vigoroso, pudesse existir causa mais justa de desejar o governo da República do que a de não sucumbir aos desejos dos ímprobos e impedir que menoscabem o Estado, tornando impossível salvá-lo quando necessário¹⁸.

Cícero abomina os que buscam uma vida ociosa na República, no seu uso privado, onde os representantes da República não beneficiam a todos, e isso tende a levar a certas pessoas privilégios, mas leva, principalmente a revoltas e injúrias. Mas o julgo dos que querem bem a República tem a perecer pelas más atitudes e ambições por aqueles que representam uma vida ociosa e que não dão o valor aos homens de grandes virtudes.

O sábio é aquele que abole a procura de se gabar de honras e méritos, sem serem os protagonistas de princípios humildes aos quais protagonizam seu valor na República.

Cícero define, ainda, o povo como uma multidão associada pelo direito consensual e pela utilidade comum¹⁹. E quando não há direito e nem justiça, há inquietação, e a justiça e o direito são o que determinam a República e o povo.

Voltando a Santo Agostinho, quando os homens são injustos, isso os separa do “verdadeiro Deus” e submete-os aos “demônios impuros”, aos deuses das antigas religiões pagãs. Para Cícero, que faz menção a Deus em seu texto, a política deve expressar a lei verdadeira conforme a própria razão da natureza, num modo que é universal e que não pode ser revogada pelo senado e nem pelo povo e o magistrado deve ser o seu representante primeiro. Agostinho separa-se de Cícero ao ver em Deus a possibilidade de se entender o que é a justiça, para além da própria razão humana, mas o princípio estaria correto.

¹⁷ CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005, p. 20.

¹⁸ CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005, p. 20.

¹⁹ CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005, p. 31.

Para Cícero, na República há governantes e governados, senhores e servos, vê-se, então, que é útil que o superior comande o inferior, do mesmo modo que a razão deva comandar as paixões, num modo que a servidão é útil para alguns, e servir a Deus é útil para todos, já em Santo Agostinho. Não há a abolição das hierarquias, apenas que há um direito justo comum a todos.

Assim, Deus seria a razão que governa o universo, de modo que ultrapassa a razão humana na proporção que o universo ultrapassa o homem²⁰. A incapacidade humana para justiça segundo a medida divina tem a inviabilizar a própria ideia de República, pois a justiça humana carece de limitações do que é propriamente dos homens, pois exigir mais do que isso é qualificar os homens como deuses, de acordo com Cícero. Portanto, a ideia de República ao qual Cícero desenvolve vai de encontro com a cidade dos homens ao qual Santo Agostinho faz menção e não a cidade Deus²¹. Percebe-se, como Santo Agostinho procura ampliar a ideia de política dos gregos e romanos, demonstrando seus próprios limites, mas defendendo a existência de uma cidade, mesmo que celeste, na qual há um modelo a se seguir.

Para Santo Agostinho, entender a justiça divina é ir além da justiça ciceroniana calcada apenas na razão e sem querer ultrapassar a própria natureza humana, porque é próprio dela tender a Deus, ao perfeito. Desse modo a justiça que é concebida no modo absoluto torna-se uma prerrogativa inalcançável pelos homens, entretanto, não quer dizer que a República acabe, invariavelmente, sendo nada mais do que uma grande quadrilha de malfeitores²².

Cícero também defende que os regimes de governo passam por constantes reformas, como um ciclo. Da monarquia quando chega à tirania, costuma ser substituída por uma aristocracia, um governo de poucos que são os melhores, mas aos poucos tende a degenerar num governo dos mais ricos, virando uma oligarquia, daí surge a democracia, governo de todos, que também se degenera em uma demagogia e a população acaba exigindo uma restauração da República, num modo que reinicia o ciclo. A República é o ápice de um governo equilibrado.

Assim, não deve o homem atribuir-se, como virtude, sua sociabilidade, que é nele intuitiva. Formadas assim naturalmente, essas associações, como expus, estabeleceram domicílio, antes de mais nada, num lugar determinado; depois, esse domicílio comum, conjunto de templos, praças e vivendas, fortificado,

²⁰ MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 188.

²¹ MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 188.

²² MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 192.

já pela sua situação natural, já pelos homens, tomou o nome de cidade ou fortaleza. Todo povo, isto é, toda a sociedade fundada com as condições por mim expostas; toda cidade, ou, que é o mesmo, toda constituição particular de um povo, toda coisa pública, – e por isso entendo toda coisa do povo – necessita, para ser duradoura, ser regida por uma autoridade inteligente que sempre se apoie sobre o princípio que presidiu à formação do Estado. Pois bem: esse governo pode atribuir-se a um só homem ou a alguns cidadãos escolhidos pelo povo inteiro. Quando a autoridade está em mãos de um só, chamamos a esse homem de *rei* e ao poder de *monarquia*; uma vez confiada a supremacia a alguns cidadãos escolhidos, a constituição se torna aristocrática; enfim, a soberania popular, conforme a expressão consagrada, é aquela em que todas as coisas residem no povo, e se o laço que, primitivamente, fez que os homens se agrupassem em sociedade pelo bem público, permanece em todo o seu vigor, cada uma dessas formas de governo, sem ser perfeita nem a melhor possível, aparecerá menos suportável e fará sua eleição incerta entre as outras; de fato, um rei justo e sábio, um número eleito de cidadãos distintos, o próprio povo, embora tal suposição seja menos favorável, pode, se a injustiça e as paixões não o estorvam, formar um governo em condições de estabilidade²³.

Como visto, os governos dependem muito da virtude e do dever de seus governantes. Esta fundamentação do pensamento de Cícero foi de concepções estoicas e de Aristóteles. Nas obras de Cícero existe certo ceticismo mitigado pela ausência do platonismo. Santo Agostinho que foi convertido à filosofia pela leitura de um dos diálogos de Cícero, e de um breve namoro com o ceticismo, filia-se justamente ao pensamento neoplatônico²⁴. Para encontrar a felicidade torna-se necessário viver desprendido de bens materiais. Por isso, a virtude é útil à República, e há gozo ao servir às coisas públicas, enquanto dever, pensando no bem que é de todos.

Quanto aos problemas, na monarquia os cidadãos têm poucas ou nulas possibilidades de participarem da política, pela generalidade em que estão submetidos a viverem e da falta de um direito comum. Quando a liberdade está privada por certos momentos, a igualdade vem a se tornar desigualdade. Mas, cada governo recebe a força e a vontade de quem o delega, nisso fica claro que a soberania se tem quando o povo exerce sua liberdade, caso contrário a aristocracia e a monarquia nunca terão um governo estável²⁵. A República, neste sentido, consegue este equilíbrio necessário a um governo.

Portanto, o pensamento político de Cícero apoia-se na noção de virtude e dever como forma de agir em sociedade. O bom político é aquele que busca o melhor para a República evitando as suas tendências egoístas. E Santo Agostinho comunga desses ideais de Cícero, porém, percebe que a natureza humana erra²⁶, tem seus limites, tanto para governantes como para governados, sendo o dilema da cidade terrestre, mas que o cristão deve agir em busca da perfeição alcançada definitivamente na cidade celeste. Não é o acomodar-se

²³ CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005, p. 30.

²⁴ MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 189.

²⁵ CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005, p. 32.

²⁶ MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008, p. 194.

ao erro, à natureza humana pecadora, mas reconhecer a necessidade da graça divina na salvação.

2. Fundamento da política de Santo Agostinho

A ética cristã foi sendo difundida ao longo dos primeiros séculos em suas primeiras comunidades, e com o avanço da evangelização, cada vez mais, novas regiões geográficas foram sendo alcançadas por esta nova religião e por estes novos ideais de ação humana

A expansão desta ética em diferentes territórios teve, igualmente, o enfrentamento com outros valores culturais, que por vezes, não conciliavam com a religião cristã que teve de se adaptar por caminhos próprios e a formar pequenos núcleos de fiéis. Entretanto, a cultura helênica foi fundamental para a expansão da cultura cristã, geograficamente falando, expandindo o cristianismo para as suas diversas regiões²⁷, como demonstrou Henrique de Lima Vaz:

O cristianismo é, originariamente, um ramo da tradição bíblico-palestinense que se destaca pouco a pouco em meio à observância sectária que agitava a Palestina nos fins do século I a.C. e nos começos do século I d.C. Expandindo-se rapidamente pelo ecúmeno mediterrâneo, o cristianismo distancia-se definitivamente, após algumas hesitações iniciais, dos condicionamentos geográficos, religiosos culturais e políticos do sectarismo palestinense e do culto oficial, bem como do legalismo hierosolimitanos, adquirindo a identidade própria com a qual irá influir decisivamente no curso da história do ocidente. Buscar as razões que possam explicar esse singular destino é tarefa que tem desafiado historiadores, filósofos e teólogos desde os fins do século XVIII, dando origem a uma interminável bibliografia de valor muito desigual, e às mais variadas hipóteses²⁸.

O cristianismo, portanto, foi adquirindo uma identidade própria. E Santo Agostinho, no século V, é uma liderança cristã que se depara com essa religião a crescer e as questões sociais e políticas que organizam as sociedades, e neste caso, o decadente Império Romano do Ocidente, e tem a caracterizar o ponto de vista divino que é o assunto chefe que embasa toda sua filosofia, e não a partir de uma cidade específica, ou seja, a terrestre, que é particular, mas sim de uma cidade divina, que é a celeste, dirigida e elevada pela Providência²⁹.

Santo Agostinho é um pensador que viveu no final de um período histórico, a Idade Antiga, e às portas da chamada Idade Média em que a filosofia cristã será preponderante. Escreveu muitos textos, hoje clássicos, como a sua grande obra *A Cidade de Deus*, que

²⁷ VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 165.

²⁸ VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia IV: Introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 2002, p. 166.

²⁹ THONNARD, F. J. *Compêndio de História da Filosofia*. São Paulo: Helder, 1968, p. 249.

discute os dois amores que fundam duas cidades, a saber: o amor-próprio, levado ao desprezo de Deus, funda a cidade terrena; o amor a Deus que leva ao desprezo de si próprio, funda a cidade celeste. A primeira tende a gloriar-se em si mesma e a segunda, gloriar-se em Deus, porque aquela busca a glória dos homens, e a outra tem por máxima a glória de Deus, testemunha de sua consciência.

Dois amores fizeram as duas cidades: o amor de si até o desprezo de Deus - a terrestre; o amor de Deus até o desprezo de si - a celeste. Aquela glorifica-se em si própria - esta no Senhor; aquela solicita dos homens a glória- a maior glória desta consiste em ter Deus como testemunha da sua consistência; aquela na sua glória levanta a cabeça - esta diz ao seu Deus: tu é minha glória, tu levantas a minha cabeça; aquela nos seus príncipes ou nações que subjuga domina pela paixão e dominar - nesta servem mutuamente na caridade: os chefes dirigindo, os súditos obedecendo; aquela ama a sua própria força nos seus potentados - esta diz ao seu Deus: Amar-te-ei, Senhor minha fortaleza; por isso, naquela os sábios vivem como ao homem apraz ao procurarem os bens do corpo, ou da alma, ou dos dois: e os que puderem conhecer a Deus.³⁰

Nesta passagem belíssima da obra *A Cidade de Deus*, Agostinho deixa claro que com a religião cristã, a perspectiva da vida em sociedade e sua questão de organização política, não está atrelada apenas às questões materiais, mas, principalmente, ao reconhecimento de que Deus está acima de todas as coisas, e é somente Nele que se encontra a verdadeira segurança.

A justiça cristã é a nova referência para a organização política, que reconhece a centralidade da presença de Deus e seus projetos para a humanidade.

Na visão agostiniana e de pastor católico, a política é algo importante para que a sociedade possa viver em ordem e que seus princípios possam ser cautelosos de acordo com a experiência da própria *urbes*. Sendo que os que regem e governam possam dispor de ações para o bem comum onde todos possam se sentir pertencente a ela e gozar dos serviços prestados.

A função de Agostinho no âmbito político não sugere ocupar-se com problemas sobre o materialismo em si, mas ir, além disso. Como o ser humano é um todo, torna-se necessário que a política deva se esforçar para proporcionar aos cidadãos na pátria terrena condições sobre o qual encaminhe às práticas da fé e de uma busca ao Deus da verdade. Mas, sob outro ponto de vista, essa alusão nunca chegará numa autêntica veracidade social, afinal muitos não creem ou a querem buscar. Entretanto, onde não há Deus, não há paz temporal, e onde não há paz temporal, há impossibilidade de tornar Deus possível.

A Cidade de Deus não é um livro especificamente político, mas tem a finalidade de lançar luzes e novos horizontes para uma nova sociedade, que vive tempos difíceis e num

³⁰ SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbekian, 1996, p. 1319.

período que se dilata como berço da civilização com a cultura greco-romana e das Escrituras Judaico-Cristãs³¹.

Agostinho conheceu a filosofia de Platão, através do bispo Ambrósio, e certamente, pode retirar, por exemplo, a imagem de uma cidade ideal. Agostinho, também, era um grande admirador e conhecedor das grandes cidades, das cidades reais, como retrata ente os livros III e V da *Cidade de Deus*, destacando as fundações, os regimes e principalmente as crises, como as lutas por busca de poder que levavam à guerra e os grandes heróis de Roma passado, como exemplo, os textos de Cícero.

A política, no pensamento agostiniano, está fundamentada como um meio para se elevar à transcendência. A função da cidade terrestre é conduzir à paz temporal e proporcionar o preparar para a cidade celeste³².

O poder político é o exercício de reger as coisas públicas e, Agostinho, assim como todos, sabem desse valor, e que todo ser criado está numa cidade terrestre, que deve buscar garantir o bem comum e a segurança para o bem de todos. Os cidadãos devem viver, nesta cidade terrestre, numa ordem tranquila³³. Essa tranquilidade que Santo Agostinho se refere enquanto ordem, só será uma realidade a partir de um alicerce político fundamentado no amor verdadeiro da caridade, que chegará à ordem perfeita na cidade de Deus, que é o destino daqueles a quem buscarem viver esse princípio. Pois, para Agostinho a política é vivenciada pelos homens marcados pelo pecado, mas a vivência na autenticidade da justiça e paz, tem a necessidade da graça de Cristo. Para viver essa autenticidade, Santo Agostinho coloca que é Cristo o inspirador e o alicerce guiando as ações humanas³⁴.

A ética agostiniana tem como cerne o amor, que por sua vez desmascara o lado falso da política; essa ética fala de seu compromisso com a fraternidade e, sobretudo, de solidariedade³⁵. E, esta concepção de Santo Agostinho tem sua influência em Plotino, pois pelo neoplatonismo Agostinho se apaixona pelo encontro que teve pela razão, com o *nous*, mas esse *nous* não era o que representava o verbo, o *logos* de São João. E isso fez

³¹ CHÀTELET, F DAHAMEL, O.; PISTER, E. *Dicionário de Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p. 20.

³² SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbekian, 1996, p. 1909.

³³ SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbekian, 1996, p. 1275.

³⁴ SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Trad. de J. Dias Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Goulbekian, 1996, p. 253.

³⁵ LUCAS, Miguel. *Entrevista com Santo Agostinho: a caminho do novo milênio*. São Paulo: Loyola, 1997, p. 102.

com que Agostinho buscasse outra experiência e foi nas cartas paulinas que ele conheceu a verdadeira razão³⁶, em que o Verbo se fez carne, isto é, o próprio Deus encarnado e feito verbo no meio de nós.

Na *Cidade de Deus*, Santo Agostinho destaca que é indispensável o conceito de criação e de providência que é o governo divino, pois o conceito de providência é necessário para que se possa mostrar que ela está acima da racionalidade. Pois, o pensamento clássico está num dualismo entre o plano da história e o da revelação, onde Cristo é o centro sobrenatural da história da *Cidade de Deus*, que é representado pelo povo de Israel que representa antes de sua vinda sobre a terra³⁷.

Por fim, Santo Agostinho tem uma visão negativa da função do Estado ou de sua existência, como a política propõe, pois se não houvesse pecado e os homens fossem todos justos, o Estado seria inútil. Ele é uma necessidade devido a natureza humana corrompida. Até a escravidão não é algo de direito natural³⁸ e sim uma consequência do pecado original que perturbou e se perpetua na sociedade, principalmente como algo no cerne na essência humana. Entretanto, o Estado deve se pautar pela verdadeira justiça, caso contrário, não haverá nem povo nem Estado. O Estado deve assegurar um ordenamento de paz e de concórdia³⁹, minimamente.

Nos desígnios salvíficos de Deus, pode-se considerar o fim do Império Romano do Ocidente, em Agostinho, como estrutura que propiciou o terreno para o advento da pregação cristã. Portanto, “o Estado se ocupa do homem na sua dimensão material e brande a espada que pune; a Igreja, porém, cuida dos interesses espirituais”⁴⁰. São duas esferas distintas e independentes, mas que caminham juntas.

2.1. Os desafios do mundo atual e a mensagem cristã

Pensar a política nos dias atuais, assim como fez Santo Agostinho em seu tempo, é pensar para além daquilo que se vê e se tem como certo. O fim do Império Romano do Ocidente foi um problema político crucial no século V que Agostinho teve de entender e posicionar a Igreja frente aos novos desafios. E hoje, não há dúvida que o modelo econômico global precisa ser repensado e a Igreja continua a apresentar a mensagem

³⁶ COSTA, Marcos Roberto Nunes. *10 Lições sobre Agostinho*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 24.

³⁷ THONNARD, F. J. *Compêndio de História da Filosofia*. São Paulo: Helder, 1968, p. 160.

³⁸ THONNARD, F. J. *Compêndio de História da Filosofia*. São Paulo: Helder, 1968, p.160.

³⁹ PETRUCCIANI, Stefano. *Modelos de filosofia política*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 62.

⁴⁰ PETRUCCIANI, Stefano. *Modelos de filosofia política*. São Paulo: Paulus, 2014, p. 63.

salvífica de Deus na história.

Papa Francisco, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, do ano de 2013, do primeiro ano de seu pontificado, reafirma, da mesma forma, para os dias atuais, a presença salvífica de Deus na humanidade. E, conseqüentemente, não deixa de apontar a luta interna entre a cidade de Deus e a cidade terrena, no sentido agostiniano mesmo, das duas possibilidades de se viver; na cidade terrena se tem o desejo de glória, de consumismo, de destruição do meio ambiente em prol do enriquecimento sem limites e do falso desenvolvimento, da busca desordenada de prazeres, da ambição, da ganância, do poder, sendo assim, não há espaço para outros, em especial para os mais pobres e não há lugar para Deus, enfim, é o individualismo exacerbado, mas que leva à “tristeza individualista” e a “consciência isolada”⁴¹. Voltar a Jesus Cristo e viver de acordo com seus ensinamentos, de acordo com o Evangelho, eis a verdadeira alegria, que é compartilhada com a comunidade, com os irmãos e irmãs, e isso sim leva à cidade celeste. E para comunicar esse bem, é necessário uma Igreja “em saída”, missionária, de “portas abertas”, diz Papa Francisco.

Voltando a questão dos “desafios do mundo atual”⁴², Papa Francisco é veemente ao dizer “não a uma economia da exclusão”, pois “esta economia mata”, gerando desemprego, exploração, opressão, a cultura do descartável, inclusive para seres humanos. Assim, a economia torna-se um problema político. Outro ponto é o “não à nova idolatria do dinheiro”, que se reveste da “negação da primazia do ser humano”. A primazia é o consumo e o bem estar, porém, individualista e não para todos ou que envolva a todos. Assim, a “ambição do poder e do ter não conhece limites”, eis a característica da cidade terrestre, eis o “mercado divinizado” atual. Papa Francisco também saliente o “não a um dinheiro que governa em vez de servir”, sendo a “rejeição da ética e a recusa de Deus” e, portanto, da impossibilidade de se alcançar a cidade celeste, pois a “ética leva a Deus”.

Neste sentido, diz Papa Francisco:

Uma reforma financeira que tivesse em conta a ética exigiria uma vigorosa mudança de atitudes por parte dos dirigentes políticos, a quem exorto a enfrentar este desafio com determinação e clarividência, sem esquecer naturalmente a especificidade de cada contexto. O dinheiro deve servir, e não governar! O Papa ama a todos, ricos e pobres, mas tem a obrigação, em nome de Cristo, de lembrar que os ricos devem ajudar os pobres, respeitá-los e promovê-los. Exorto-vos a uma solidariedade desinteressada e a

⁴¹ PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco, ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013, p. 3.

⁴² PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco, ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013, p. 45.

um regresso da economia e das finanças a uma ética propícia ao ser humano⁴³.

Outro não seria o “não à desigualdade social que gera violência”. Este também é um problema político, pois sem igualdade de oportunidades, os mais vulneráveis, agredidos pelo sistema opressor, tem um terreno fértil de violência a sua frente, contra tudo e contra eles mesmos. E, assim, a injustiça impera.

Enfim, independente do ambiente geográfico, histórico, cultural, político e social que se está, “todos os cristãos, incluindo os Pastores, são chamados a preocupar-se com a construção dum mundo melhor”⁴⁴.

Conclusão

Assim como Santo Agostinho destaca, para o século V, que se o ser humano for à busca apenas de suas paixões, e isto se configura como egoísmo, onde não há partilha, não há sentido de bem comum, em que o valor é a procura pelas riquezas materiais e o crescimento do poder político e econômico, e que se dá à custa de outros, gera-se, na cidade terrestre, o sofrimento, a miséria, a fome, o analfabetismo em oposição a alguns privilegiados materialmente. E isto está presente nos dias atuais, inegavelmente. Não teria sido isto, inclusive, uma das causas do fim do Império Romano do Ocidente? Estes valores egoístas são crescentes, de modo que, esquece-se de Deus e também da solidariedade e da verdadeira justiça.

A política, em Santo Agostinho, engloba-se no projeto salvífico de Deus para com a humanidade. O governo, algo necessário devido a natureza humana corrompida, deve-se pautar de acordo com a ética cristã, caso contrário está fadado ao insucesso, à destruição e à instabilidade. E o cristão deve reconhecer que faz parte desta cidade terrestre, mas deve estar acima de seus amores, para buscar a cidade celeste, local da verdadeira justiça, da verdadeira felicidade.

A Igreja Católica Apostólica Romana nos dias atuais, através de seus documentos e encíclicas papais, não deixa de se pronunciar constantemente contra os erros de um sistema econômico ou político que firam a dignidade humana, que não possibilitem ou

⁴³ PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco, ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013, p. 49.

⁴⁴ PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco, ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013, p. 146.

proíbam as pessoas de buscarem o verdadeiro Deus. O exemplo da cidade celeste, governada pela lei do amor, da humildade, do sacrifício de si, da justiça, independente do sistema de governo e de seu Estado, deve ser o modelo ideal a ser seguido.

Portanto, a construção teórica do livro *A Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, do século V, é uma referência fundamental da Doutrina Social da Igreja.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*. Lisboa: Fundação Calouste Goulbekian, 1996.

BOBBIO, Norberto (Org.). *Dicionário de Política*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. 5. ed. São Paulo: UNB, 2000.

CHATELET, F DAHAMEL, O.; PISTER, E. *Dicionário de Obras Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

CÍCERO. *Da República, Mestres Pensadores*. São Paulo: Escala, 2005.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. *10 Lições sobre Agostinho*. Petrópolis: Vozes, 2014.

KLOPPENBURG, Boaventura (Introd.). *Compêndio do Vaticano II: constituições decretos e declarações*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

LALLEMENT, Michel. *História das Ideias Sociológicas. Das origens a Max Weber*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LUCAS, Miguel. *Entrevista com Santo Agostinho: a caminho do novo milênio*. São Paulo: Loyola, 1997.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto (Coord.). *Curso de filosofia política: do nascimento da filosofia a Kant*. São Paulo: Atlas, 2008.

PAPA FRANCISCO. Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* do Santo Padre Francisco, ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana, 2013.

PETRUCCIANI, Stefano. *Modelos de filosofia política*. São Paulo: Paulus, 2014.

PLATÃO. *Platão. Vida e Obra*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia IV: introdução à ética filosófica 1*. São Paulo: Loyola, 2002.

VEGETTI, Mário; PINA, Maria. *Um paradigma do céu de Platão Político*. Coimbra: Annablume, 2012.